

TÍTULO: MAIS UM BLOQUEIO À LIBERDADE

Ivan Ítalo Ituassú
Pedro Onofre Santos
Vinicius Mundim Zucheratto
Daniel Vinicius de Oliveira
Guilherme Henrique de Assis

RESUMO: Nossa palestra tratará do assunto mais falado no momento na internet: a censura à cultura livre e à disseminação de informação na web, que está ocorrendo principalmente através de políticas de projetos como a SOPA (Stop Online Piracy Act), PIPA (Protect IP Act) e ACTA (Anti-Counterfeiting Trade Agreement). Iremos discutir a origem e a razão dessas propostas de leis, sobre como isso será prejudicial à cultura e aprendizado da sociedade, e o que podemos fazer para ajudar a tentar impedir essas ações.

PALAVRAS-CHAVE: Compartilhamento pela Internet. Políticas de censura. Liberdade.

INTRODUÇÃO:

O sucesso da internet é creditado à possibilidade de facilitar o compartilhamento de informações, ampliar o acesso à cultura, acesso à diversas mídias, baratear a comunicação, incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias, fomentar a criação de redes sociais entre outros benefícios.

Os projetos que visam legislar sobre o acesso à informação, com a justificativa de proteção à produção intelectual, combatendo a pirataria podem conter também interesses obscuros, bancados pelas grandes indústrias cinematográficas, fotográficas e entretenimento. O objetivo principal é alavancar a receita dessas indústrias impedindo o compartilhamento e a divulgação não autorizada de material pela internet. Assim, surgiram as políticas de censura, que ganharam grande repercussão nos jornais e na rede, apresentando atitudes que visam atingir estes objetivos de maneira agressiva e prejudicial à liberdade de compartilhamento na rede.

Neste artigo iremos contextualizar o cenário atual da internet, explicando melhor o que levou a essas medidas e quais as mudanças culturais e de aprendizado que elas trarão para a sociedade, confrontando o ambiente de uma “internet com censura” e a “internet libertária”.

1 - POLÍTICAS DE CENSURA: ORIGENS, RAZÕES E CONSEQUÊNCIAS

Origens:

Em uma luta entre direitos autorais e liberdade de compartilhamento, surgem políticas para proteger os direitos daqueles que comercializam seus produtos, na tentativa de impedir a distribuição de forma “ilegal” na internet, por não ser autorizada ou até mesmo render lucros à aquele que não detém direitos da obra/produto. Tendo os dois lados da moeda (direitos autorais e liberdade de compartilhamento), as políticas propostas protegem apenas uma face dela, pois acredita-se que o outro lado possui meios nocivos à primeira face. Entretanto, os usuários comuns da internet, que compõem e defendem a liberdade de compartilhamento, acreditam que as políticas propostas agridem em maior grau a produção do conhecimento e os benefícios de sua divulgação.

Claro, tais propostas surgem por motivos financeiros, das grandes empresas e organizações que circulam capital pelo mundo. Entretanto, como essas propostas atendem minoria, grande parte da comunidade adepta de uma “internet livre” se opõe e começa a criticar governo, que deveria defender atos democráticos e de liberdade de expressão, como bem coletivo.

Os três projetos mais comentados são o SOPA (Stop Online Piracy Act), PIPA (Protect IP Act) e ACTA (Anti-Counterfeiting Trade Agreement). O primeiro foi proposto em 26 de outubro de 2011 por Lamar Smith e teve apoio de grandes empresas como Walmart, Toshiba e Disney, além de outras que entraram mas acabaram saindo pelas manifestações, como a Sony (fonte Wikipedia e Techtudo [1][2]). Provavelmente foi o projeto de maior repercussão, pois seus atos atacam diretamente a liberdade na internet, condenando arduamente pessoas e serviços que compartilhem dados não autorizados. Em 20 de janeiro de 2012 a proposta foi retirada pelas repercussões negativas. O PIPA foi proposto em 12 de maio por Patrick Leahy e também foi negada em janeiro de 2012. Ambas propostas dariam poderes ao governo americano de legislar a internet. Obviamente, como grande parte do conteúdo e servidores estão nos Estados Unidos, todos os países sairiam extremamente prejudicados. Por fim, o ACTA, que é um tratado internacional que está sendo negociado desde 2007. Este acordo é julgado como um dos mais preocupantes (em artigo de Felipe Ventura [3]), não apenas a sua internacionalização, mas como ele propõe medidas que praticamente anularia a liberdade e a privacidade na internet.

Razões:

As razões que levaram a proposição dessas medidas por parte do governo americano estão diretamente ligadas à proteção dos direitos autorais. A internet, no estado atual, é apontada como

vetor do desrespeito aos direitos autorais. Quando um usuário baixa um CD de um servidor “pirata” deixa de girar a economia: não há valor destinado ao artista, gravadora, produtores... Tampouco são recolhidos impostos ao governo. O mesmo ocorre com músicas, filmes, livros, seriados, jogos, etc.

O principal prejudicado nessa história, depois dos autores, é o governo americano. Como a maior indústria de entretenimento do planeta (filmes, músicas, jogos...) está sediada nos EUA, um recurso enorme não chega aos cofres da receita norte-americana. Assim, em uma grande estratégia comercial globalizada, os Estados Unidos resolveram ditar regras arbitrárias que facilitem sua supremacia, protegendo de forma demasiada suas empresas, e que pode levar à exclusão definitiva daqueles que não podem arcar com os preços exorbitantes cobrados por este mercado.

Consequências:

Essas políticas já começam a trazer efeitos, a partir de operações governamentais que determinaram o fechamento de vários sites, como o MegaUpload, até então o mais utilizado para o compartilhamento ilegal. As leis também trazem punições rigorosas para condenados, sejam indivíduos ou websites, que causam revoltas na maioria das empresas de tecnologia (publicação do G1 da Globo [4]). Os próximos passos podem prejudicar a sociedade como um todo.

A internet é o principal veiculador de informação, além de ser também o meio mais democrático, veloz e barato de obtê-la. Basta um computador ou smartphone para que você possa se informar sobre qualquer área que desejar. Isso fornece as pessoas de baixa renda uma grande possibilidade de aprendizado para poder melhorar a sua qualidade de vida, uma vez que não é mais necessário muito dinheiro para se qualificar. Antigamente isso não ocorria, já que livros, enciclopédias, jornais e revistas todos deviam ser comprados (com alto custo), contribuindo para aumentar a desigualdade social. Há ainda a limitação física dos meios tradicionais na propagação da informação, enquanto que na rede até as informações mais específicas podem ser encontradas com relativa facilidade.

Restringir o compartilhamento de informações via internet, representará um grande atraso ao desenvolvimento intelectual, principalmente nos países em desenvolvimento, uma vez que através dela a troca e obtenção de conhecimento é feita forma rápida e fácil. Essa restrição também contribuiria para dificultar a ascensão das pessoas de baixa renda, uma vez que conhecimento voltaria a ser caro e limitado.

É possível retroceder à internet de 15 anos atrás? É mais justo mudar as políticas da internet do que mudar as políticas de *copyright*? Se essas leis estivessem ativas teríamos dificuldade em encontrar conteúdo para nossos estudos e entretenimento. Os motivos não são apenas por restrições financeiras, mas pela redução drástica na velocidade e quantidade de informação disponibilizada. Até mesmo representantes da classe artística tem se posicionado contra as propostas de restrição. Eles acreditam que, graças a liberdade da internet, suas obras alcançam todos os cantos do mundo, rendendo novas fontes financeiras como shows e produtos diferenciados do artista. Pensando assim, a liberdade acaba tendo pontos positivos para os dois lados da moeda.

2 - COMO COMBATER ESSAS POLÍTICAS

Várias organizações se manifestaram contra essas políticas nos últimos meses. A Wikipedia e centenas de outros sites ficaram um dia fora do ar como protesto. Até mesmo empresas da área tecnológica posicionam-se contra estas leis. O problema é que da mesma forma que temos grandes empresas a favor da internet livre, também temos aquelas que são contra e apoiam abertamente os projetos de controle e censura na internet tomando como exemplos a Apple e a Microsoft. Combater estas políticas não será uma tarefa fácil. Por décadas o interesse de grandes empresas predominou, e agora a comunidade está se organizando para impedir que a pressão que elas fazem aos governos seja eficaz. A pressão popular deve ser cada vez maior para barrar o lobby, muitas vezes pautado sobre atos de corrupção. Os protestos vêm surtindo efeito e a força política destas propostas estão caindo (fonte InformationWeek Brasil [5]), entretanto, ainda há luta pois não há garantia que essas leis não possam voltar ainda mais fortes.

O que o usuário comum da internet pode fazer? Boicotar os produtos destas empresas que buscam censurar a internet, se mobilizar nas redes sociais e nas ruas para que os governos obedeçam a vontade dos seus eleitores. Existem ainda grupos de hackers que buscam combater estas políticas por meios não lícitos e extremamente impactantes e chamativos, como o caso do grupo *Anonymous*, que assumiu diversos ataques a sites governamentais (não apenas nos EUA) e de empresas favoráveis às restrições, em resposta a cada movimento em direção à censura da internet.

3 - A INTERNET SEM CENSURA

A internet sem censura possibilita que pequenas ideias possam levar à construção de gigantes, como o Google e o Facebook, que conjugam gratuidade aos usuários, com lucrativas

oportunidades de negócio, através de ferramentas e aplicativos desenvolvidos para comercialização. Há inúmeros casos de empresas que conseguiram difundir cultura, entretenimento, conhecimento, desenvolvimento tecnológico e diversão, também através de redes pagas.

A censura que pode resultar de leis como SOPA, PIPA e ACTA prejudicará a inovação tecnológica, tendo em vista que grandes sucessos da internet, seriam rapidamente eliminados, como exemplo o Youtube: difusor de artistas e empresas, além dos sucessos produzidos por pessoas comuns, que chegam à milhões de pessoas em segundos. A liberdade de expressão, um dos valores mais prezados pela nação norte-americana, deve continuar sendo respeitado para que o crescimento e a evolução da rede de computadores mundial continue a florescer plenamente.

4 - CONCLUSÃO

O tema das políticas de censura causou tanta polêmica e discussão que, mesmo após o ápice dos protestos e o cancelamento/adiamento de propostas, o assunto é discutido na internet com certo temor, pois elas poderão voltar.

Num futuro próximo, novas propostas com certeza surgirão, com diferentes medidas, mas com o mesmo propósito. Dificilmente haverá consenso, pois sempre acabará um grupo prejudicado. Infelizmente, a voz que fala mais alto poderá não ser tão democrática.

A respeito das leis estudadas neste artigo, será que o propósito delas é uma solução para um mundo melhor? Privilegiar tão poucos em detrimento da grande massa? Não chegou a hora de dividir o bolo? Devemos vislumbrar um mundo que utilize seus recursos tecnológicos para reduzir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas. Certamente, soluções mais criativas e democráticas podem ser buscadas para melhorar cada dia mais o mundo virtual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Stop_Online_Piracy_Act>
- [2] Disponível em: <http://www.correiadoestado.com.br/noticias/sony-e-outras-empresas-desistem-de-apoiar-acao-anti-pirataria_137385/>
- [3] Disponível em: <<http://www.gizmodo.com.br/conteudo/voce-achava-que-sopa-e-pipa-eram-ruins-conheca-o-acta-acordo-internacional-que-promete-limitar-a-internet/>>
- [4] Disponível em: <<http://informationweek.itweb.com.br/6632/sopa-10-fatos-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-antipirataria/>>
- [5] Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/01/entenda-o-projeto-de-lei-dos-eua-que-motiva-protestos-de-sites.html>>